

DIVERSIDADE SEXUAL E RECONHECIMENTO: CONCEPÇÕES DOCENTES ACERCA DA HOMOAFETIVIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR

José Carlos Xavier (1); Cássia de Sousa Silva Nunes (2); Orientador Prof.^a Dra. Simone Cabral Marinho dos Santos (3)

(1) Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN zecamassa@hotmail.com (2) Faculdade Anchieta cassia_cia@hotmail.com (3) Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN simone.cms@hotmail.com

Resumo: As discussões relativas a sexualidade na escola tomou uma visibilidade maior nos últimos anos, possibilitando uma nova construção de entendimento acerca da diversidade sexual e as práticas docentes. A escola como espaço de formação deve estimular no docente a construção de um projeto democrático contemplando conteúdos que corroborem com uma prática inclusiva, sem preconceito e discriminação. A pesquisa tem como objetivo analisar a concepção dos professores acerca do reconhecimento da diversidade sexual e o respeito às manifestações homoafetivas na escola. O estudo é resultado de uma pesquisa qualitativa feita com 15 professores da modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos em 03 escolas municipais de Patos – PB, investigando questões sobre a concepção docente, relacionados a diversidade sexual e homoafetividade. Os achados da pesquisa revelam que os docentes, têm consciência das manifestações de preconceito e discriminação acerca da diversidade sexual na escola, afirmando trabalharem os conteúdos relativos a educação sexual e desenvolverem atividades referentes ao tema, porém, é fundamental debater sobre sexualidade na perspectiva de uma construção de saberes coletivos, uma vez que as escolas mesmo se preocupando com a demanda em questão, trabalham o tema de maneira esporádica e sem um planejamento. As entrevistas revelam que 86,6% dos professores percebem diferença entre preconceito e discriminação, 86,6% não se considera preconceituoso, 59,9% já presenciaram situação de preconceito na escola, 59,9% presenciaram na sala de aula, 93,3% veem diferença entre sexo e sexualidade, 53,3% considera que educação sexual é um processo contínuo que deve começar na família, 66,7% entende diversidade sexual como variedade da sexualidade e diversidade.

Palavras-chave: Sexualidade, Diversidade Sexual, Educação, Reconhecimento

1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Embora o sexo e a sexualidade constituam temas recorrentes na contemporaneidade, a discussão de ambos ainda vem sendo tratadas como tabu, imbuídos de preconceito e discriminação. Pautada neste princípio, os educadores como agentes de construção social no âmbito escolar, devem estar preparados para não apresentar verdades absolutas, mas sim, permear diálogos que possibilitem todos a compreenderem as implicações éticas e políticas de diferentes posições sobre o tema. Ao abordarmos a percepção dos professores quando tratamos de valores sociais, abrimos espaços para dialogar a referida temática por meio da introdução dos temas

transversais/contemporâneos, percebendo a homoafetividade não como desvio de conduta social, doença ou perversão, mas, referenciando seus discursos a comportamentos que são aceitáveis do ponto de vista social. Para alinhar a teoria a um pensamento anti-discriminatório Marsiglia (2009, p.50), afirma que numa sala de aula são múltiplas as diferenças entre os alunos, por isso é importante considera-los como não iguais, nesse sentido, de direito, isso quer dizer que têm igual direito a ser diferente.

O papel da escola é socializar, construir e reconstruir os ensinamentos sociais mediante os aportes histórico-culturais, contribuindo com o processo da cidadania, no qual o professor é agente ativo, na formação continuada, nas mudanças de postura e atitudes, com o intuito de despir-se de rótulos, de discursos pejorativos e de atitudes discriminatórias. Mediante o exposto a nossa questão problema é: Qual a concepção dos professores acerca do reconhecimento da diversidade sexual e as manifestações homoafetivas no espaço escolar? Para isso delineamos o seguinte objetivo geral: Analisar a concepção dos professores acerca do reconhecimento da diversidade sexual e o respeito às manifestações homoafetivas na escola, e os seguintes objetivos específicos: 1- Diagnosticar as ideias dos docentes referentes a sexualidade e suas atitudes e comportamentos na escola, 2- Refletir acerca da luta pelo reconhecimento humano por meio de valores e atitudes que configurem igualdade e 3- Explicitar percepção acerca da diversidade sexual na construção de respeito e cidadania, com foco nas categorias: Posicionamento, atitude e percepção docente. Se faz necessário que a escola como um todo seja um espaço formativo de construção social. A esse respeito Tardif (2006, p. 71), considera que [...] a socialização é um processo de formação do indivíduo que se entende por toda a história de vida e comporta rupturas e continuidades. [...]

1.1 Contextualização do tema

Tal como todas as identidades, a sexual é concebida como sendo produções histórico-culturais, ou seja, sua universalidade e naturalidade são contestadas e problematizadas, uma vez que sua validade está limitada ou circunscrita à cultura na qual se inserem. A heterossexualidade é concebida, numa perspectiva naturalística, uma identidade pronta, cabendo aos homens e mulheres incorporá-la conforme seu sexo biológico. Já a homoafetividade é tida como algo que transpassa o senso da ética e da moral. Natividade e Oliveira (2007, p. 281), afirmam quando dizem que, o discurso de acolhida encobre estratégias de sujeição voltadas a uma reestruturação da

subjetividade dos sujeitos, que acolhem as pessoas homossexuais para transformá-las. Acolher deve ser no sentido de compreender sem reservas.

No Estatuto da Diversidade Sexual, Dias (2011, p.12), fala do direito à educação e diversidade sexual nas escolas priorizando os seguintes descritores: I- É proibido o uso de materiais didáticos e metodologias que reforcem a homofobia, o preconceito e a discriminação; II- Os estabelecimentos de ensino devem coibir, no ambiente escolar, a prática de bullying por orientação sexual ou identidade de gênero do aluno ou pelo fato de pertencer a uma família homoafetiva; III- As atividades escolares referentes a datas comemorativas precisam atentar à multiplicidade de formações familiares, de modo a evitar qualquer constrangimento aos alunos filhos de famílias homoafetivas; IV- Os professores devem ser capacitados para uma educação inclusiva, com o objetivo de elevar a escolaridade em face da identidade sexual dos alunos ou de seus pais, com o fim de reduzir a evasão escolar.

1.2 Percurso Metodológico: Investigar é preciso

Tomamos como base uma pesquisa descritiva. Os sujeitos foram escolhidos intencionalmente – 15 professores da EJA. Utilizamos uma entrevista semiestruturada com perguntas fechadas e abertas. Duarte (2004, p. 215) diz que entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados [...]. A análise de conteúdo contida no trabalho, surgiu no final do século XVIII, só ganhando espaço como proposta de análise no século XX, configurando diferentes abordagens. Para Bardin (2011, p. 42), a análise do conteúdo é: [...] técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores de inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas. Utilizamos a pesquisa qualitativa que traz uma maior flexibilidade no campo investigativo. Como modalidade de pesquisa recorreremos a pesquisa de campo que segundo Fonseca (2002), caracteriza as investigações, em que para além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se coletam dados junto de pessoas, utilizando diversos tipos de pesquisa. Para construção do arcabouço teórico utilizamos alguns autores principais como: Honneth (2009), Foucault (1984), Louro (1988, 1999, 2000, 2001, 2002), Natividade (2007), Bardin (2011) e Junqueira (2008, 2009), além de outros cujas ideias sobre educação, diversidade sexual e reconhecimento nos ajudaram a delinear a pesquisa. Realizamos

uma pesquisa na base de dados no Portal de Periódicos da CAPES/MEC no período de 2007 a 2017.

1.3 Passo a passo da pesquisa:

Em março de 2017 a Secretária de Educação assinou o TCLE – termo de consentimento livre e esclarecido. Em abril, trabalhamos com os professores uma palestra e uma mesa redonda sobre Preconceito e Discriminação no contexto escolar. Em maio, experienciamos com os professores a técnica de dinâmica de grupo “A PALAVRA” para representar a sexualidade e uma roda de conversa. Em junho, apresentei a proposta da pesquisa. Em julho, mostrei os pontos éticos, me responsabilizando pelo sigilo. Ao longo do mês de julho e parte de agosto chegamos a 120 horas do processo de entrevistas, transcrição e interpretação das mesmas. A maioria dos entrevistados era do sexo feminino (66,7%), quanto a raça/etnia (autodeclarada), a maioria foi parda (53%), em relação ao estado civil (53,3%) são solteiros. No tocante a religião prevaleceu predominantemente o catolicismo (93,3%). Em relação a faixa etária de idade (40%) tem entre 51 e 60 anos. No que tange ao processo de formação (93%) são graduados sendo que (87%) são especialistas. Em se tratando de atuação, (100%) atuam dentro de sua formação. Quanto ao tempo de docência (53%) possuem entre 21 e 30 anos, e como professor da EJA (66,7%) estão entre 01 e 10 anos.

1.4 Participantes: sujeitos que abrem campo para a pesquisa

A Educação de Jovens e Adultos é um dispositivo na Seção V da Lei de diretrizes e bases da educação brasileira de n.º. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, destacada no artigo 37 que diz: A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. A mesma acopla os seguintes incisos: § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular. Oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a

educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Quando nos referimos a história da EJA visualizamos a necessidade de professores que desenvolvam um processo metodológico diferenciado para essa modalidade, principalmente no que tange questões de caráter social, psicológico e subjetivo como às manifestações da sexualidade e seu campo diverso. Para Diniz, Scocuglia e Prestes (2010), as conferências de educação de adultos encamparam as discussões que se intensificaram, ressaltando a estratégica posição deste campo educacional nos destinos sociais e políticos da história do tempo presente. Contribuir para pensar em sexualidade e diversidade sexual nas escolas como fator de interação social, é elencar a ideia de Cardoso (2007), que considera a escola como um espaço múltiplo e diversificado, ou seja, o espaço é propício para que os professores demonstrem suas representações e discutam de forma ética a temática da sexualidade e da diversidade sexual.

2. SEXUALIDADE / HOMOAFETIVIDADE: PROCESSOS HISTÓRICO-SOCIAL

Tratar a temática em tela envolve provocar um debate em torno de um paradoxo humano: a sexualidade. Esta aparece enquanto incógnita, pois apesar de ser algo tão nosso é, ao mesmo tempo, fonte de pré-conceitos e dúvidas; desejos e tabus. A sexualidade é um processo que vai além da potencialidade reprodutiva, ela está relacionada ao prazer, seja este sexual ou não. Ela manifesta-se no indivíduo desde o nascimento, passando pelo desenvolvimento humano, ao longo da vida, por meio de valores éticos e estéticos, buscando a promoção da realização pessoal e social.

Segundo Houaiss (2001, p.2564), sexualidade é definida como “qualidade do que é sexual”, conjunto de caracteres especiais, externos ou internos determinado pelo sexo do indivíduo. Em um contexto mais científico e de acordo com o Dicionário de Psicanálise, Chauí (1984, p.14), afirma que a sexualidade não se confunde com o instinto sexual (comportamento fixo e pré-formado), enquanto sexualidade, esta, se caracteriza pela invenção e relação com a história pessoal de cada um de nós. A sexualidade é elemento determinante na constituição do sujeito. A compreensão da sexualidade em termos culturais não é imediata; assim como o gênero, parece simplesmente estar lá. Viver a sexualidade é experienciar a influência dos pensamentos, sentimentos, ações e interações na busca de uma melhor qualidade de vida física e mental. Quanto ao sexo, também não pode ser entendido como uma fundação biológica sobre a qual se agregariam aspectos culturais.

A noção de sexo como dada e como o fundamento da identidade é, ela mesma, efeito de um regime discursivo da sexualidade (Soares & Meyer, 2003) p137. O processo dos agrupamentos socialmente organizados produzirá uma vasta visão de mundo e instigará as pessoas a refletirem sobre valores e a sua definição de ser biopsicosócioespiritual, (biológico, psicológico, social e espiritual). Para Foucault (1984, p. 98), a sexualidade não é um ímpeto rebelde, estranha por natureza e indócil por necessidade, ela aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre educadores/alunos, padres/leigos, administração e população.

Diante do exposto, é crucial questionar: a repressão do sexo seria mesmo uma evidência histórica? O que podemos perceber é que repressão e mecanismo de poder funcionam juntos e sem contestação. Isso nos leva a refletir que tudo que foi falado sobre sexualidade trata-se do regime de poder-saber-prazer que serve de eixo norteador na discussão sobre sexualidade humana. Contudo, se a sexualidade (a heterossexualidade) é admitida como natural à nossa existência, por que são continuamente colocadas em discurso e por que se investe tanto nos corpos para inscrever neles essas marcas identitárias? Sobre isso, Guacira Louro (1999, p. 17) observa que [...] a heterossexualidade é concebida como “natural” e também como universal e normal [...] conseqüentemente, as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais, peculiares e anormais. Falar de normatividade sexual abre um leque de possibilidades para nos questionarmos sobre o que realmente é normal, em meio a uma concepção dialógica onde a condição sexual não pode ser apreciada sem a junção de valores e princípios individuais experienciados pelos indivíduos em questão.

3. HOMOAFETIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR

3.1 Sexualidade e Currículo escolar

Falar de sexualidade na escola ainda é um processo tênue para o desenvolvimento do conhecimento, tal posicionamento torna a escola um mero reprodutor de rótulos sociais programados e estigmatizados. Com efeito, segundo Junqueira (2008, p.09), na escola, ao assim se proceder, [...] mantem-se centrada na medicalização, no medo, na “naturalização da heterossexualidade”, “na heterossexualização compulsória”, na propaganda da conjugalidade heterossexual e à revelia de qualquer esforço mais afetivamente transformador. A política curricular define os papéis e estreita as relações na produção das

identidades. O currículo é o resultado de uma seleção situada num universo complexo do conhecimento, ligado aquilo que somos e aquilo que nos tornamos como pessoa. A proposta curricular das escolas brasileiras está inserida nos PCN's, onde a orientação sexual é um dos temas abordados e fala da sexualidade concebida como algo importante e que constitui fonte de prazer na vida dos indivíduos. É nessa linha de pensamento em meio a uma abordagem crítico- reflexiva que construiremos ideias perpassando a tríade discussão da sexualidade- currículo-contexto escolar.

3.2 Reconhecimento: A luta continua, companheiro

Reconhecer-se como pessoa é experienciar as dimensões promovidas pelo amor, pela solidariedade e pelo direito. A escola é um dos carros chefes na luta pelo reconhecimento a partir das mudanças sociais e todo processo de evolução humana acarretados por essas mudanças. Honneth (2009, p. 01), afirma que os indivíduos se constituem como pessoas unicamente porque, da perspectiva dos outros que assentem ou encorajam, aprendem a se referir a si mesmo como seres de determinadas capacidades. Assim compreendemos que a ausência de reconhecimento é o que deflagra os conflitos sociais.

Para que o indivíduo com o pensamento singular ou com atitudes plurais possa formar sua identidade, é primordial desfazer as experiências de desrespeito que está ancorada nas atitudes de preconceito e discriminação nos sujeitos humanos, para que os fatores de motivação possa impulsionar a resiliência social em meio aos conflitos na luta pelo reconhecimento. O preconceito constituído de uma ideia preconcebida, como “verdades absolutas”, reproduzem uma visão estereotipada que leva a discriminação, que por sua vez é a restrição do ato de reconhecer as condições de igualdade, de liberdade e de direitos humanos. Falar em reconhecer-se requer subdividir-se em um reconhecimento intersubjetivo, que configura a vontade do ser, o desenvolvimento de sua consciência, e o reconhecimento social, onde o sujeito precisa ser visto como membro ativo de um grupo e a posição que ele ocupa nesta sociedade. No caso da forma de reconhecimento do direito, são postas em relevo as propriedades gerais do ser humano. No caso da valoração social, são postas em relevo as propriedades que tornam o indivíduo diferente dos demais, sua subjetividade, sua singularidade, sua individualidade. A autorrealização do indivíduo somente é alcançada quando há, na experiência de amor, a possibilidade de autoconfiança, na experiência de direito, o autorrespeito e, na experiência de solidariedade, a

autoestima, completando o ciclo de autorrealização. Pelo reconhecimento intersubjetivo, o comportamento pode evoluir e circular, dialeticamente, acarretando em meio aos conflitos, nem vencedores, nem vencidos, mas a conjuntura de ideias diferenciadas, porém experienciadas e respeitadas. O outro deixaria de ser o oponente, passando a ser o companheiro, que continua na busca constante, na luta por reconhecimento e na defesa de sua subjetividade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Com base nas entrevistas podemos elencar os seguintes resultados: 86,6% dos professores concordam que existe diferença entre preconceito e discriminação, 86,6% não se considera uma pessoa preconceituosa, 59,9% dizem ter presenciado situação de preconceito na escola, 59,9% afirmam que também já presenciaram situação de preconceito na sala de aula, 93,3% veem diferença entre sexo e sexualidade, 53,3% considera que educação sexual é um processo contínuo sobre a temática da sexualidade que deve começar na família, 66,7% entende diversidade sexual como variedade da sexualidade e diversidade, 100% afirma que o Projeto Político Pedagógico da escola não apresenta descritores acerca da diversidade sexual, 93,3% afirma nunca ter visto nenhuma iniciativa da escola para trabalhar questões acerca da sexualidade e diversidade sexual, 66,7% afirmou não trabalhar nenhum conteúdo específico sobre diversidade sexual, mas quando ver a necessidade fala sobre o tema de forma pontual, já 23,3% só trabalha os conteúdos do livro que remete ao estudo do corpo humano e as doenças sexualmente transmissíveis e 10% trabalha por meio de palestras, filmes e debates, no que se refere a disponibilidade de tempo para estudar o tema, 66,7% dizem não disponibilizar nenhum tempo, 19,8% disse que só as vezes e 13,5% tem tempo suficiente para estudar a referida temática, em relação a cursos de formação 100% diz nunca ter participado, 66,7% conhece a temática da diversidade sexual por meio de livros, revistas, jornais, artigos, filmes, vídeos, documentários e músicas, também 66,7% conhece os PCN's e a LDB como arcabouço legal no tocante a educação sexual, 93,3% consideram importante uma legislação para tratar das questões referentes a diversidade sexual, 93,3% também acham que os costumes e tradições influenciam no reconhecimento e na aceitação das manifestações homoafetivas, 53,3% acham que a família exerce um papel de julgamento quando vivencia questões de diversidade sexual, 79,9% afirma que a homoafetividade não é um fenômeno anormal, quando indagados se já presenciaram cenas de carinho entre

homoafetivos, 53, 3% responderam que sim, 33, 3% disse que a maior dificuldade na sua prática pedagógica para trabalhar questões sobre a homoafetividade é o preconceito dos alunos, e por fim perguntamos que propostas seriam interessantes trabalhar nas escolas sobre diversidade sexual e reconhecimento e 46,7% responderam uma formação acerca do tema e o desenvolvimento de projetos acerca da temática.

Como ficou claro no campo educacional ainda existe muito preconceito e discriminação que acentuam a ideia do anormal quando falamos de sexualidade e suas mais variadas manifestações. O papel do professor é complexo e vai além da “transmissão de conhecimento”, ele necessita mediar a construção do saber em meio a valores, posturas, mudanças, atitudes e costumes, fazendo o aluno perceber a importância da interação e do respeito com o outro, como corrobora a fala do Professor “X” [...] o preconceito é um falso julgamento que pode ser feito até mesmo de forma silenciosa, agora discriminar, é tratar o outro sentindo-se superior, é a manifestação de atitudes maldosas.

Abordar a temática sobre sexo e sexualidade, educação sexual, diversidade sexual e suas manifestações homoafetivas é abrir um espaço para discussão onde a sexualidade não se resume as características anatômicas, mas acima de tudo ao processo de consolidação da nossa identidade, nem sempre os alunos estão preparados, mas se faz necessário pontuar tais questões. Professor “Y” em sua fala relata que [...] enquanto sexo é relativo ao biológico e está ligado a relação sexual e aos órgãos genitais, a sexualidade é a energia que motiva o amor, é a busca constante do prazer, seja este sexual ou não. Para tal entendimento se faz necessário o envolvimento de todos de modo transversal com planejamento de conteúdo e arcabouço teórico para se estabelecer discussões e entendimentos acerca do “mundo complexo” da diversidade sexual. Professor “Z” diz que a diversidade sexual é um processo inclusivo, que demanda diversidade de sexo, orientação, identidade de gênero, sem precisar especificar as identidades que compreendem esta pluralidade. Compreendemos que a escola, como processo de formação, deve continuar proporcionando o debate de ideias que configure resultados de aceitação e reconhecimento, para que dessa forma experienciemos a pluralidade do ser, bem como suas manifestações de desejo e autorrealização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sexualidade é materializada socialmente a partir da percepção das diferenças de uma concepção histórica e sociocultural que é demarcada por

atitudes e valores. Trabalhar como eixo central a análise das percepções de práticas docentes sobre diversidade sexual e suas manifestações homoafetivas no contexto educacional da EJA, é compreender que a práxis pedagógica, assim como os comportamentos no geral podem ser modulados, por meio de atitudes influenciadoras ou influenciadas, assim sendo, é de grande relevância pensar sobre o significado de sexualidade e abordar tal temática de maneira que os professores utilizem da transversalidade e da interdisciplinaridade de acordo com a demanda social e com os valores morais e pessoais de cada um.

O estudo desenvolvido e os resultados aqui apresentados permitiram que a percepção dos professores da EJA de escolas públicas sobre diversidade sexual fosse acessada, e ao mesmo tempo tivéssemos como visualizar as potencialidades e as fragilidades das práticas estabelecidas, identificando assim, possibilidades de uma construção afetiva acerca da sexualidade e de seus desdobramentos de forma mais efetiva no exercício da cidadania e do acolhimento. Percebemos que muito dos entendimentos sobre sexualidade está imbuído no processo de ensino da educação sexual apenas como prevenção de doenças, autoconhecimento do corpo, gravidez e formação familiar, feitos de forma pontual e individual. A escola como espaço de formação precisa compreender os comportamentos sexuais, as performances de gêneros e os desejos que configuram a condição sexual do ser, para isso é primordial a sensibilidade para problematizar a discussão sobre sexualidade no espaço escolar, a postura ética dos docentes para atender a demanda com base no entendimento e a participação compartilhada da família.

A visão da sexualidade tem mudado ao longo dos tempos, mas ainda existe mesmo que de forma camuflada o mito da ditadura sexual que exige do docente a renovação de conceitos, a mudança da visão pragmática e restrita da sexualidade, a necessidade de formação continuada, a superação do modelo biomédico/científico, um preparo psicológico e o desenvolvimento de metodologias participativas para discutir gênero, sexualidade e diversidade sexual, vislumbrando assim, uma educação inclusiva dentro de um ambiente escolar de acolhimento e reconhecimento das diferenças.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

Brasil. **Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Diversidade Religiosa e Direitos Humanos.** Brasília, 2010.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos: apresentação dos temas transversais.** Brasília: MEC/SEF, (1998)

Brasil. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/96.**

CARDOSO, Oldimar. P.. Representações dos professores sobre saber histórico escolar. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 130, p. 209-226, jan./abr. 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão Sexual: essa nossa (des)conhecida.** 7.ed. São Paulo: Brasiliense; 1984.

DIAS, Maria Berenice. Estatuto da Diversidade Sexual – uma lei por iniciativa popular, 2011.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas.** Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Ceará: UECE - Centro de Educação – Curso de especialização em comunidades virtuais de aprendizagem e informática educativa, 2002.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** (13.ed.). Rio de Janeiro: Graal. 1884.

HONNET, Axel. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais.** Tradução Luiz Repa. São Paulo: 34, 2 ed. 2009.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Por uma pedagogia da diversidade de corpos, gêneros e sexualidades. In: Silva, Fabiane Ferreira da et. al. **Sexualidade e escola: compartilhando saberes e experiências.** 2.ed. Rio Grande do Sul: FURG, 2008. p. 8-14.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. (Org.) et.al. **O corpo**

educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, p. 9-34, 1999.

MARSIGLIA, Denys Munhoz. **Silêncio e Invisibilidade: A atitude discriminatória de professores diante da homossexualidade na escola.** UNINOVE - São Paulo: 2009.

NATIVIDADE, Marcelo T. & OLIVEIRA, Leandro de. **Religião e intolerância à homossexualidade: tendências contemporâneas no Brasil.** In: GONÇALVES, Vagner (Org.). Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro brasileiro. São Paulo: Edusp, 2007.

SCOCUGLIA, Afonso Celso; DINIZ, Adriana Valéria Santos; PRESTES, Emília Trindade. **A aprendizagem ao longo da vida e a educação de jovens e adultos: possibilidades e contribuições ao debate.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010. 268 p.

SOARES. R. F. R. & MEYER, D.E.E. **O que se pode aprender com a “MTV de papel” sobre juventude e sexualidade contemporâneas?** UFRS, Faculdade de Educação, 2003.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e formação profissional.** Trad. Francisco Pereira. 10ª ed., Petrópolis: Vozes, 2006.